


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 04 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. João Battaues Neto. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

SENTENÇA

Processo nº:	1009988-87.2018.8.26.0037
Classe - Assunto	Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária
Requerente:	Banco Bradesco Financiamento S/A
Requerido:	Luis Marcos Costa

Vistos.

Banco Bradesco Financiamento S/A, já qualificado na inicial, requereu contra **Luis Marcos Costa**, também qualificado, com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária** de um veículo Fiat/Idea, ano/modelo 2010, placa ERD 2480, chassi 9BD135316A2157056, cor prata.

Segundo o alegado e o contrato trazido aos autos, o requerido adquiriu o referido bem a ser pago em 48 prestações mensais e consecutivas no valor de R\$ 869,15 cada uma. Acrescentou que o devedor alienou fiduciariamente o objeto supra referido em garantia de pagamento, mas deixou de honrar seus compromissos não efetuando o pagamento das prestações pactuadas nos prazos estipulados.

Instrui a inicial com o contrato de abertura de crédito, instrumento de protesto e planilha de calculo.

Deferiu-se liminarmente o pedido e, feita a citação precisa, transcorreu "*in albis*" o prazo para resposta, conforme certificado a fls. 45.

Em síntese, é o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente. O pedido está

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

devidamente instruído com o contrato e documentos. E, como o devedor nada contestou é de se aplicar, ainda, a regra do artigo 344 do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, tornando definitiva a liminar e consolidando, em consequência, nas mãos do autor, o domínio e a posse plenos e exclusivos do veículo acima descrito, condenando, ainda, a parte vencida apenas ao reembolso das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) do valor dado à causa, devidamente corrigido.

P.I.

Araraquara, 04 de outubro de 2018.

João Battaús Neto
Juiz de Direito
(assinatura eletrônica)